

TRANSIÇÃO POLÍTICA: ANTECEDENTES, NATUREZA E CENÁRIOS(*)

Elimar Pinheiro do Nascimento (**)

RESUMO

A atual transição brasileira pode ser entendida como resultante de uma crise de hegemonia, cujos antecedentes podem ser compreendidos em duas fases distintas: a primeira, de liberalização do antigo regime, tendo início em 73/74 (abertura); e a segunda, de democratização, surgida em inícios de 1980 com a incapacidade de reprodução, mesmo atualizada, do antigo regime (transição propriamente dita). Três cenários políticos descortinam-se como prováveis: a não resolução da crise, a ressurreição conservadora e a concertação hegemônica.

A situação brasileira é denominada atualmente de transicional. E ela o é. Porém, sob aspectos múltiplos. Aqui aborda-se apenas o político. E, neste, a transição é entendida como a passagem de um regime político a outro. Ou seja, a constatação de que o velho regime burocrático-militar (O'Donnel: 1986) não pode mais se reproduzir.

(*) O presente texto constitui parte de um trabalho apresentado pelo autor em seminário organizado no Recife (jan./88) pela Consultora Claudio Porto e Consultores Associados, como subsídio para elaboração de cenários para a região amazônica.

(**) Sociólogo e Cientista Político, Professor da Universidade Federal de Pernambuco à disposição da UnB/SOL.

zir e um novo regime, de caráter democrático, encontra-se em gestação sem traços completamente definidos. Entre o velho que morreu, porém não está completamente desaparecido, e o novo que já surgiu, mas não tomou formas definitivas, encontra-se a natureza primeira de nossa transição.

Embora genérica e pouco explicativa, esta definição é importante porque delimita a natureza da crise política que vive o país. Não se trata de alguma crise de Estado, mas também não se restringe a um simples problema de governo. Expulsa, portanto, a ótica analítica de uma crise de governabilidade, situando-se, assim, no justo meio.

Delimitada a natureza mais geral da transição e da crise que a consubstancia, torna-se necessário ingressar numa concretude que possa permitir a compreensão de sua especificidade.

A primeira peculiaridade da transição brasileira, quando comparada aos casos do sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia) e do cone sul latino-americano (Argentina e Uruguai), parece residir em sua longevidade. Normalmente entende-se que os primeiros indícios da transição brasileira estão localizados em 1974, e mais precisamente quando das declarações do então Presidente Geisel, em agosto, sobre a "abertura lenta e gradual". Nesta perspectiva, o Brasil já estaria vivendo sua transição há mais de treze anos (Kucinsky: 1982).

Não obstante a consistência desta idéia relativamente consensual, ela necessita ser matizada com a distinção entre duas fases deste período. A primeira, de meados dos 70 a inícios dos 80, em que predomina um processo de liberalização do velho regime na tentativa de atualizá-lo, buscando a sua reprodução, e a segunda, que se pode chamar de transição propriamente dita, com predominância de um processo de democratização em que a reprodução do velho regime torna-se inviável. A distinção, portanto, entre liberalização e democratização qualifica melhor o traço da longevidade transaccional que conhece o país. Assim, abertura e transição/liberalização e democratização passam a ser compreendidas como gênese e começo, respectivamente, do atual momento político. Gênese entendida como

o período de gestação de processos diversos que, a partir de um certo momento - de inflexão - se articulam para, simultaneamente, tornar o velho irreproduzível e criar as condições do novo. Inflexão que demarca o início do processo transicional propriamente dito, ou seja, o período do começo. (Nascimento: 1988).

1 - Geisel: a liberalização do regime burocrático-autoritário

O discurso da "abertura" não distingue o Presidente Geisel de seus predecessores. Todos assumiram com a proclamação de criar uma democracia, embora extremamente adjetivada. No entanto, ao término de seu mandato duas diferenças são marcantes: a) pela primeira vez o Presidente faz o seu sucessor; e b) o processo de liberalização é visível, com ampla liberdade de imprensa, tratamento diferenciado dos conflitos sindicais, posse dos eleitos em 1978, entre outros. Como explicar estes fatos singulares?

As razões da liberalização do regime não se encontram em ameaças visíveis da oposição: a) o segmento armado estava destruído, exilado ou preso; b) o segmento democrático-liberal tinha se reduzido a não mais do que 21,3% da Câmara Federal e 28,8% do Senado, como resultado das eleições de 1970. As eleições de 1974 - em que a oposição aumenta significativamente seu percentual no Congresso - são posteriores às intenções de abertura, e irão contribuir antes para o refluxo momentâneo de seu processo, cujos reflexos mais visíveis encontram-se na Lei Falcão em 1976, no fechamento do Congresso em 1977 e no adiantamento das eleições para governador, previstas originalmente para 1978. Nem parecem residir - as razões da liberalização - numa suposta crise econômica, cujos contornos tornam-se claros apenas em fins da década de 70. A primeira crise do petróleo é tida como um fenômeno passageiro, e a taxa de crescimento econômico de 1974 é similar às do milagre.

Parece mais consistente atribuir as razões da "abertura" a dois fenômenos que, já visíveis em 1973, ameaçam a robustez de então do regime: a) o descontrole do "Estado dentro do Estado", a Co

munidade de Informação e Segurança (CIS); b) a fragilidade do processo de legitimação assentado exclusivamente em índices econômicos que não podem ser mantidos indefinidamente. A ideologia do desenvolvimento com segurança não tem mais respaldo de sustentação material. E o projeto de "Grande Potência" jamais galvanizou amplos setores da opinião pública, salvo em momento tênue (70/72). Daí decorrem duas tarefas fundamentais definidas pelos estrategistas no poder: a) controlar o esquema de segurança "selvagem", assentado sobretudo no DOI-CODI, mas cujas raízes encontram-se no interior da Instituição Militar (IM); e b) redefinir o processo de legitimação pela criação de novos canais de comunicação com a sociedade civil. Estas duas tarefas, perseguidas obstinadamente em condições adversas, são obtidas parcialmente através, de um lado, da consolidação do novo profissionalismo na Instituição Militar, restabelecendo o princípio da hierarquia, demarcando o espaço da Comunidade de Informação e Segurança permissível, baixando o nível de politização no interior do aparelho armado; e, de outro lado, pela descompressão do regime, assegurando liberdade de imprensa, o processo eleitoral (mesmo em circunstâncias desfavoráveis) e um novo tratamento nas questões sociais, particularmente aquelas que diziam respeito ao movimento sindical e às manifestações dos movimentos sociais urbanos.

Os limites da liberalização obtida e das tarefas definidas encontram-se nas condições adversas, e não totalmente previstas, que encontrou a administração Geisel em seu transcurso e que explicam, em parte, o vai e vem do processo: a) a resistência da linha dura nos quadros intermediários e superiores da Instituição Militar apresentava-se sólida, fazendo com que os militares no governo tivessem a cabeça da Instituição, mas não seu corpo; b) o aguçamento da crise econômica, que conduz o governo a aprofundar o processo de estatização e represar o crescimento das demandas de aumento salarial, conduz a manifestações contrárias, tanto dos setores trabalhistas, quanto dos setores empresariais; c) a debilidade da oposição democrática em controlar/dirigir a oposição mais popular alocada no novo movimento sindical e nos movimentos sociais, com apoio dos setores progressistas da esquerda.

De certa forma, a lentidão no processo de abertura deve-se, em parte, à emergência da sociedade civil pelas eleições de 1974, que funcionaram como espelho para a percepção dos atores em processo associativo de oposição, até então ao nível silencioso dos micro-espacos. A guinada para a direita, de 75 a 77, por parte do governo, e o exacerbamento das ações repressivas da CIS (vide o massacre da Lapa) apenas represaram aquele processo que retorna, com mais força, em 1978. Este é o ano que marca, de São Paulo e Rio a Recife e Fortaleza, o ressurgimento explosivo das associações de bairro e movimentos urbanos por acesso a bens e serviços coletivos (Boschi: 1983). Da mesma forma é o ano que demarca o retorno das centrais operárias com as greves no ABC paulista (Viana: 1983). Finalmente, é o ano em que demarxa a dinâmica associativista dos setores médios urbanos, dos engenheiros aos professores, dos médicos aos economistas, possibilitando a formação de novos atores sociais (Boschi: 1986).

2 - Figueiredo: democratização à revelia da linha dura

O legado que recebe a administração Figueiredo é extremamente desfavorável para dar continuidade ao processo de liberalização do regime: a) uma crise econômica aguda que se reflete em recessão ; b) o retorno da linha dura ao controle do Estado Maior das Forças Armadas; c) uma liberdade de imprensa que contribui para seus opositores, sem lhe render dividendos; d) um leque amplo e crescente de oposição, que penetra profundamente na sociedade civil, agora em processo de articulação; e) uma sustentação política em declínio, com o surgimento das primeiras rebeldias em determinados governos estaduais (Pernambuco, por exemplo); f) o fracasso do retorno ao pluripartidarismo e da legislação eleitoral casuística, em 1982, retirando-lhe o controle sobre os estados centrais da federação. E, no entanto, não houve retrocesso mas, antes, a liberalização se manteve, transformando-se em democratização. Não que tenham faltado propostas de retrocesso, mas porque este procedimento, aos

poucos, tornou-se inviável. E, isso, apesar do refluxo dos empresários, nos primórdios de sua gestão. A inviabilidade do retrocesso deve-se em grande parte aos "custos da repressão", expressos no desenvolvimento organizacional da sociedade civil, e na sua articulação/aproximação com a sociedade política, evidenciada nas eleições de 78/82 (Santos: 1985).

O momento em que o retrocesso se tornou impossível, momento de inflexão ou início da transição propriamente dito, parece ter ocorrido entre meados de 1981 e meados de 1984, e quatro eventos o confirmaram: o episódio do Riocentro, as eleições de 1982, a campanha das Diretas já em 1984 e, no mesmo ano, a formação da Aliança Democrática, unindo numa mesma frente o PMDB e setores divergentes do PDS.

O episódio do Riocentro demonstrou aos setores médios da Instituição Militar que os custos de sua manutenção no poder eram muito altos, ameaçando os valores, a hierarquia e a imagem (já desgastada) da própria Instituição. Ficou claro para a maioria dos oficiais que os autores do atentado pertenciam à corporação, que permaneceriam impunes e sem justificativas plausíveis. A linha dura perde o poder de recrutamento interno e o "Estado no Estado" perde seu espaço de manobra, exatamente um ano antes do retorno ao controle do comando das Forças Armadas. A situação se inverte. Agora a linha dura possui a cabeça, mas não mais o corpo. A espinha dorsal da Instituição está quebrada; a força de inércia é a lei imperante em Instituições nessas circunstâncias.

As eleições de 1982, um ano depois, criaram uma diarquia, desfavorável ao governo Figueiredo. De um lado, um governo central nascido de eleições indiretas e de um processo contestado, cuja legitimidade, débil, se esfacela com a explosão da recessão econômica em 1981 - o país começa a conhecer uma crise de governabilidade, e o governo uma dinâmica de paralisia crescente. De outro lado, os governos estaduais da oposição, legitimamente eleitos, cujas bandeiras de luta têm em comum a reinstalação da democracia no país. Soa-se agora à negatividade da contestação e rejeição do antigo regime a positividade de uma alternativa real de poder.

A campanha das Diretas já (1984) demonstrou, com nítida visibilidade, o grande desejo de mudança no seio da sociedade e, dessa forma, que qualquer tentativa de retrocesso ou manutenção do regime não encontraria base social significativa; e nem contaria com o entusiasmo dos militares na corporação, menos ainda com o apoio de parcela significativa dos empresários.

Sem base social, econômica ou militar, o velho regime perde parte da sustentação político-partidária com a formação da Aliança Democrática, nascida da dissidência formadora do PFL. Da bancada de 281 (51,3%) membros do Congresso Nacional, o PDS perde 117 para o novo partido, ficando reduzido, em 1985, a 29,1% - menos de um terço do Congresso Nacional.

Os eventos de 1984/85 (com a eleição, em janeiro, de Tancredo Neves) revelaram, ao lado da inviabilidade de reprodução do velho regime, os contornos de sua superação: a frente de oposição ampliou-se para a direita com uma candidatura palatável mesmo para os setores mais atrasados do empresariado e da Instituição Militar. As Forças Armadas saem do cenário, conservando, porém, largas fatias do poder; os empresários ingressam com força na cena política; a tecnoburocracia mantém seus privilégios; os velhos políticos que souberam se desligar a tempo do antigo regime, são conservados na nova composição governamental. Apenas os setores políticos mais ligados aos meios populares, à esquerda, são alijados, demarcando, assim, uma segunda e fundamental característica da transição: o seu aspecto conservador. Este pacto da transição, resultante de um pacto do velho regime com setores da oposição, permitirá que alguns autores a denominem de "transação" (Share e Mainwaring: 1986).

3 - O papel do processo eleitoral

Um outro significado, de porte mais teórico, dos eventos de 1984/85 é o estreito relacionamento entre a sociedade política e a sociedade civil. Embora de conotação conservadora, a nova Aliança

anuncia clara disposição de mudanças, particularmente a destruição do "entulho autoritário", com desdobramento em uma nova Constituição e a realização de determinadas reformas - Agrária, Tributária e Administrativa. Enfim, assume um caráter transicional e reformista.

Da análise daqueles eventos - e não só - ressalta uma terceira característica da transição: o papel nela desempenhado pelo processo eleitoral (Lamounier: 1987). Decorrencia, aliás, de uma peculiaridade do antigo regime que jamais abandonou completa e radicalmente as regras da democracia liberal: eleições, parlamento e rodízio no exercício da Presidência. Duas eleições foram particularmente importantes, a de 1974, que possibilitou à oposição tomar consciência de sua real dimensão, tirando-a da ameaça de desaparecimento a que tinha sido relegada em 1970, e as de 1982, cujo significado já foi abordado na idéia central da diarquia. Acrescente-se que pela primeira vez o partido do velho regime perde as eleições no plano Federal: enquanto o PDS teve para a Câmara Federal 36,7% dos votos, o PMDB teve 36,5%; o PDT, 4,9%; o PTB, 3,8% e PT, 3,0% (Peireira: 1984). Perda mesmo, somando-se o percentual do PTB - pelo acordo de 1983 - embora não tenha sido esta a face deste partido por ocasião das eleições.

O quadro abaixo mostra como a oposição mantém o movimento ascendente ao longo das últimas eleições, apesar da legislação casuística que tenta impedir-lhe a obtenção da maioria.

QUADRO 1

Resultado Oficial das Eleições Legislativas de 1966 a 1982, para o total do País (em percentagem)

ANOS	SENADO*				CÂMARA FEDERAL				ASSEMBLÉIAS ESTADUAIS			
	ARENA	MDB	VOTOS EM BRANCO OU NULO	TOTAL	ARENA	MDB	VOTOS EM BRANCO OU NULO	TOTAL	ARENA	MDB	VOTOS EM BRANCO OU NULO	TOTAL
1966	44,7	34,2	21,7	17 259 598	58,5	26,4	21,0	17 285 556	52,2	29,2	18,6	17 260 382
1970	43,7	18,6	27,7	46 986 492	46,4	21,3	30,3	22 435 521	51,0	22,0	26,8	22 435 521
1974	34,7	54,0	15,1	28 981 110	48,9	37,8	21,3	28 981 015	42,1	36,8	18,9	28 922 618
1978	35,0	4,4	18,6	37 775 212	40,0	39,3	20,7	37 629 180	41,1	39,6	19,3	37 449 488
1982**	36,5	5,00	13,5	48 746 803	46,7	48,2	15,1	46 455	36,0	47,2	16,8	46 374 905

FONTES: TSE

(*) O Total de votos de 1970 é contado em dobro, por se tratar de renovação de 2/3 das cadeiras. Em 1978 devia ocorrer o mesmo, mas 1/3 passou a ser eleito indiretamente - os chamados bônus - devido às modificações introduzidas pelo Pacote de abril de 1977.

(**) Os votos do PDS foram incluídos na coluna referente à ARENA, e os da oposição (PMDB, PT, PTB e PDT) na coluna MDB.

O processo eleitoral desempenha, portanto, o papel de canal de articulação entre a sociedade política e a sociedade civil, cujo ápice real encontra-se na campanha das diretas já, em abril de 1984, e o emocional período, um ano depois, por ocasião da morte de Tancredo.

Antes de ingressar no processo político dos últimos três anos, conhecidos vulgarmente como de Nova República, uma última característica do período inicial da transição merece ser citado.

Apesar da maioria dos analistas chamarem a atenção para o fato de o processo transicional ter sido conduzido de "cima para baixo", é preciso introduzir nuances, como fez Diniz (1986).

É verdade que a extinção do AI-5, a anistia, o pluripartidarismo e a legislação eleitoral (casuística) são decisões emanadas dos militares no governo. E obedecem a uma determinada estratégia, cuja eficácia passava pela dispersão da oposição, controle da sociedade civil e isolamento da esquerda. Com o início da fase de democratização, porém, os rumos, se não foram outros, conheceram uma diversidade. Entre o projeto e o processo da abertura que se distinguem (Diniz: 1985), surge uma nova Sociedade Civil e uma Sociedade Política articulada a esta.

O associativismo se desenvolveu no seio da sociedade civil, à margem da estratégia do Estado: no meio popular - Movimentos de Bairro - nos setores médios urbanos, entre as mulheres, entre os negros, etc, criando novos sujeitos sociais e novas demandas, às quais o Estado não consegue responder, nem controlar.

Um partido societário, com grande presença nos meios populares organizados, principalmente no Sudeste, surge, embora sem peso eleitoral até recentemente.

A oposição liberal-democrática não se desfaz, mantendo seu movimento ascensional. Ao contrário, a direita é que se dispersa.

Conclusão: a administração Figueiredo perde o rumo do processo e a capacidade de direção, entra em crise, paralisa-se. A liberalização, que constitui a característica do período da gênese, desfaz-se. Assim, o começo da transição parece resultar da confluên-

cia de ações (e omissões) de atores sociais diversos, alocados no interior das sociedades civil e política.

4 - A Nova República: Ressurreição do Conservadorismo?

A análise até aqui desenvolvida permite entender, em parte, porque a instalação de um governo civil, ou Nova República, não se constituiu numa ruptura significativa com a situação anterior, particularmente por ocasião da vigência do Plano Cruzado, a paralisia do estado se manteve e a credibilidade do governo não se forjou. Contribuíram para tanto, embora não se possa afirmar quanto, a morte do líder "carismático" da transição e sua substituição pelo antigo Presidente da Arena. Exceto a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, nenhuma das reformas propaladas se efetivou ou tem chances de efetivar-se via atual executivo federal.

Duas mudanças, no entanto, ocorreram, agravantes do quadro político nacional e em parte responsável pela dinâmica de instabilidade: a) a separação manifesta entre as sociedades civil e política; b) a erosão das forças hegemônicas do antigo regime sem o surgimento de uma nova força.

Os resultados das eleições de 1986, aparentemente, seriam negadoras destas assertivas, com a vitória esmagadora do PMDB, ou seja, do antigo partido da resistência democrática. Sem querer ironizar, trata-se de uma verdadeira aparência.

Quatro são os resultados mais notórios das eleições de 1986 apontados pela maioria dos analistas:

- a) a vitória esmagadora do PMDB;
- b) um sistema partidário concentrado no centro;
- c) a emergência de uma nova força política (os executivos estaduais); e
- d) a prevalência das forças conservadoras.

Em princípio, estes quatro resultados deveriam articular-se num escopo de estabilidade institucional. Ledo engano. E por vá-

rias razões.

A vitória esmagadora do PMDB deveria atribuir-lhe a condição de partido dirigente do Estado. Porém, tal não ocorreu. E por uma razão simples. O PMDB que surge das eleições de 1986 é um partido que se anula em suas dissensões internas, dividido nas três categorias clássicas das "afinidades ideológicas": esquerda, centro e direita. Não existindo uma hegemonia clara no partido ele torna-se, automaticamente, inapto ao exercício do poder. Afinal, nenhuma das três correntes, por si, tem forças para se atribuir a direção do Partido e, por consequência, a do Estado.

A teoria sobre sistema partidário afirma, com largo respaldo empírico, que a concentração no centro é um fator de estabilidade institucional. A obtenção de 77% das cadeiras do Congresso Constituinte pela antiga Aliança Democrática deveria funcionar neste sentido. O perfil ideológico do Congresso Constituinte está, porém, um pouco além das siglas partidárias, e a maioria dos analistas de senha-o de forma relativamente equilibrada. O quadro abaixo compara três perfis, em percentuais.

QUADRO 2
Perfis Ideológicos do Congresso Constituinte
(em percentual)

	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
Folha de São Paulo	31	32	36
LMR	21	39	40
EPN	28	34	48

FONTES: Folha de São Paulo. Caderno Especial, 19 de janeiro de 1987.

RODRIGUES, Leoncio Martins. Quem é quem na Constituinte. São Paulo, OESP/Maltese, 1987.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. O Congresso Constituinte, as desigualdades regionais e o Nordeste. Recife, SUDENE, 1987. (datil.)

Apesar da variedade de critérios, os resultados, embora distintos, são próximos. De comum resulta a prevalência dos setores de direita, confirmando, por sinal, o quarto resultado eleitoral a cima assinalado, este substancialmente verdadeiro. A predominância

da direita, que se reflete, aliás, nas diversas composições governamentais que marcaram já a Nova República, em vez de ser um fator de estabilidade, parece estar contribuindo para a dissociação entre as sociedades civil e política e, assim, para a instabilidade política. Sobretudo que sua hegemonia tem sérias dificuldades de ser exercida, pois é incapaz de responder às demandas da Sociedade Civil - por motivos óbvios - e, ao mesmo tempo, de reprimi-las.

A força dos governadores se desfaz no mesmo equilíbrio instável entre as afinidades ideológicas. Tomando a conceituação mais corrente, poder-se-ia desenhar o seguinte perfil ideológico dos executivos dos principais estados da Federação:

QUADRO 3

Perfil Ideológico dos Governos Estaduais Eleitos em 1987

	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
São Paulo		XX	
Rio de Janeiro		XX	
Minas Gerais			XX
Bahia	XX		
Paraná			XX
Rio Grande Sul	XX		
Pernambuco	XX		
Ceará		XX	
T O T A L	3	2	3

Se o quadro é discutível e em sua globalidade aponta para um certo equilíbrio, este se desfaz quando se tomam outros dois enfoques: a totalidade dos executivos ou apenas os três mais importantes. Nestes dois enfoques a prevalência à direita manifesta-se (ou pelo menos de centro-direita).

Dessa forma, seja ao nível do sistema partidário nacional, seja ao nível dos executivos estaduais, ou mesmo do partido majoritário, prevalece o equilíbrio com leve inclinação para a direita. Aqui parece residir a configuração maior das eleições de 1986, pre

sente no desgaste da Assembléia Nacional Constituinte: a vitória do conservadorismo resistente às mudanças anunciadas por ocasião da vitória da Aliança Democrática.

Em resumo, o resultado das urnas de 86 somou à paralisação do Estado e da Sociedade Política. Nesta situação, nada mais natural que a dissociação desta em relação à sociedade civil e o surgimento neste espaço de manifestações desagregadoras. Assim, manifestações de uma "sociabilidade marginal" são crescentes, incluindo uma latente desobediência civil com possibilidade de generalização: dos empresários industriais aos "empresários das drogas". A crise do regime agrega-se à da governabilidade; à paralisia da Sociedade Política junta-se sua dissociação da Sociedade Civil.

A "Nova República" caracteriza-se assim, politicamente, pela inércia pendular: movimentos políticos que não conseguem avanços para qualquer direção; não definem regras precisas para a ação dos empresários, nem respondem às demandas sociais; não articulam uma base social visível, nem organizam um bloco político majoritário e hegemônico.

A ruptura desta inércia parece apontar para uma ressurreição do conservadorismo. A questão, porém, é saber se estas forças políticas serão capazes de construir uma nova hegemonia ou contribuirão - na sua importância - a um aprofundamento da crise.

Entre a manutenção da crise política que nos conduzirá a um processo de argentinização de nossa economia (vitória da irracionalidade) e a ressurreição conservadora que irá consolidar em nosso seio um apartheid informal (derrota da Nação), resta a possibilidade de uma concertação hegemônica através da formação de um bloco político de largo espectro, reunindo empresários modernos e trabalhadores conseqüentes, permitindo a retomada do crescimento econômico com políticas distributivistas (vitória do bom senso das elites).

BIBLIOGRAFIA

- BOSCHI, Renato Raul, org. - 1983. Movimentos coletivos no Brasil Urbano. São Paulo, Zahar.
- _____ - 1986. A arte de associar-se. São Paulo, Vértice.
- DINIZ, Eli - 1985. "A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da Abertura". Dados, 28(3): 329-346.
- _____ - 1986. "A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia". Sociedade e Estado, 11(2): 65-88, jul./dez. 1986.
- KUCINSKY, Bernardo - 1982. Abertura: a história de uma crise. São Paulo, Brasil Debates.
- LAMOUNIER, Bolivar, 1987. "Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2(4): 43-64.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do - 1988. "Transição? Qual transição?" Humanidades, (16): 22-26.
- O'DONNELL, Guillermo - 1986. Contrapontos: autoritarismo e democratização. São Paulo, Vértice.
- PEREIRA, Raimundo - 1984. Eleições no Brasil pós-64. São Paulo, Global.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos - 1985. "O século de Michels: competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina". Dados, 28(3): 283-310.
- SHARE, Donald & MAINWARING, W. - 1986. "Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha". Dados, 29(2).
- VIANA, Luis Werneck - 1983. A classe operária e abertura. São Paulo, Cerifa.

ABSTRACT

Political transition: Its background, nature and perspectives

The present transition in Brazil may be understood as resulting from a crisis of hegemony whose background may be studied in two phases: the first, of liberalization of the old regime, beginning in 1973/74 ("abertura"), and the second, of democratization, beginning in 1980 with the incapacity of reproduction of the old regime (actual transition). Three political scenarios emerge as probable: non resolution of the crisis, conservative resurrection and hegemonic concertation.

RESUME

Transition Politique: sa toile de fond, sa nature et ses scénarios

La présente transition au Brésil peut être entendue comme résultat d'une crise d'hégémonie dont les antécédents se distinguent en deux phases: la première, de libéralisation de l'ancien régime, qui commence en 1973/74 ("abertura"); la deuxième, de démocratisation, initiée en 1980 avec l'incapacité de reproduction de l'ancien régime (transition proprement dite). Trois scénarios politiques se présentent comme probables: la non-résolution de la crise, la résurrection conservatrice et la concertation hégémonique.